

A interiorização do ensino público federal e o desenvolvimento local**The interiorization of federal public education and local development**

Recebimento dos originais: 12/11/2018

Aceitação para publicação: 14/12/2018

Gilberto Cechella

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina

Instituto Federal Catarinense

Rua 951 nº 320 apto 502 – Balneário Camboriú SC

E-mail: gilberto.cechella@ifc.edu.br

RESUMO

Nos últimos anos houve uma forte expansão da Rede Federal de Ensino. O objetivo do estudo foi analisar o impacto da interiorização da Rede Federal de Ensino nas dimensões do desenvolvimento local – ambiental, cultural, econômica e social. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica com a análise de exemplos que estimulem a compreensão dos fatos. A dimensão econômica é a melhor percebida pelos investimentos realizados, pelo aumento da massa salarial local, pela geração de empregos, pelo aumento na demanda de serviços e pela valorização imobiliária. Na dimensão social destaca-se a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade que aliado as ações afirmativas disponibilizam, na localidade, a oportunidade de formação acadêmica e ascensão social a membros da comunidade. As dimensões cultural e ambiental são mais difíceis de descrever pois dependem das ações, principalmente de extensão, realizadas pelas instituições de ensino. Projeta-se que a interiorização da Rede Federal de Ensino proporcionará uma elevação no IDH das regiões contempladas com a instalação das unidades, e também, uma maior diversidade de propostas para o desenvolvimento local, contemplando as dimensões ambiental, cultural, econômica e social.

Palavras chave: desenvolvimento local, instituições de ensino e a comunidade, expansão da Rede Federal de Ensino.

ABSTRACT

In the last years there has been a strong expansion of the Federal Education System. The purpose of this study was to analyse the impact of the internalization of the Federal Education System on the local development dimensions – environmental, cultural, economic and social. Bibliographic research was used with examples that analysed could stimulate understanding the facts. Economic dimension is best known for the investments made, the raise of local salary mass, job creation, the raise in demand for services and real state valuation. In the social dimension, free quality public education offer is featured allied to affirmative actions provided locally create the opportunity of academic qualification and social ascension to community members. Cultural and environmental dimensions are harder to describe once they depend on actions, mainly in extension, realized by educational institutions. It is projected that internalization of the Federal Education System will provide an elevation of HDI on the regions covered by the units installed, and also, a raise of the diversity of proposals for local development, contemplating the environmental, cultural, economic and social dimensions.

Keywords: Local development. Education institutions and community. Expansion of the Federal Education System.

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2003 ocorre uma forte expansão e interiorização da Rede Federal de Ensino.

A Rede Federal de Educação Superior possuía, em 2003, 45 universidades, com 148 *campi* ou unidades, atendendo 114 municípios. Em 2014 eram 63 universidades, com 321 *campi* ou unidade, em 275 municípios (BR, 2012).

A Rede Federal de Educação Profissional é composta pelos Institutos Federais, dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Em 2002 a Rede contava com 140 unidades em 119 municípios, em 2016, eram 644 unidades em 568 municípios (BR, 2016).

Figura 1 – Rede Federal Educação Superior 2003 – campi/unidades



Fonte: MEC (2018).

Figura 2 – Rede federal Educação Superior 2014 – *campi/unidades*

Fonte: MEC (2018).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pelos Institutos Federais, dois Cefets (Centro Federal de Educação Tecnológica), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Em 2002 a Rede contava com 140 unidades em 119 municípios, em 2016, eram 644 unidades em 568 municípios (BRASIL, 2016).

Figura 3 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 2003



Fonte: MEC (2018).

Figura 4 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 2014



Fonte: MEC (2018).

Observa-se que no período houve uma forte expansão da Rede Federal de Ensino em direção ao interior do país. Questiona-se qual o impacto da interiorização da Rede Federal de Ensino no desenvolvimento local?

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar o impacto da interiorização da expansão da Rede Federal de Ensino no desenvolvimento local.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir o conceito de desenvolvimento local;
- Identificar as dimensões do desenvolvimento local;
- Descrever a relação entre a instalação de instituições de ensino e o desenvolvimento local.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Durante muitos anos o principal indicador econômico de uma sociedade foi o conceito de renda per capita, acreditava-se que o crescimento econômico seria suficiente para que os países pudessem superar o seu atraso. Neste caso, crescimento econômico e desenvolvimento seriam sinônimos.

Schumpeter, no início do século XX, descreve o crescimento econômico com uma característica apenas expansiva, o desenvolvimento somente ocorreria na presença de inovações tecnológicas (SOUZA, 1995).

A base de desenvolvimento de uma região não deve contemplar apenas a dimensão econômica, mas também, a dimensão sociocultural onde os valores e as instituições são fundamentais. Conclui que o desenvolvimento econômico além das inovações tecnológicas necessita ser completado pelo desempenho dos recursos humanos e a acumulação de capital social (SEN, 2000).

No início da década de 1990, os economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, desenvolveram um novo índice para medir o desenvolvimento dos estados, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que contempla além do aspecto econômico, o nível de escolaridade e a longevidade de um país.

O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. E, ultimamente, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas possam influenciar ações políticas de âmbitos local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e outros serviços básicos (VEIGA, 2006, p. 81).

A palavra desenvolvimento aparece, agora, com adjetivos: endógeno; local; territorial; sustentável; local, integrado e sustentável, entre outros.

Vásquez Barquero (2001) destaca a importância das cidades para o desenvolvimento local, acrescenta que a cidade é um espaço construído com um conjunto de atores que tomam as decisões de investimento e localização das atividades produtivas. Por isso, o importante e representativo de uma cidade não é o seu tamanho e sim as funções que desempenha no sistema de cidades. Define cidades como o espaço onde se criam e desenvolvem os espaços industriais e de serviços, potencializando o desenvolvimento e a capacidade de gerar externalidades. Conclui que quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e aumentar sua competitividade. Define desenvolvimento local como:

Um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de utilizar o

potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno. (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 57).

Para Gallicchio (2004), do Programa de Desarrollo Local do Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH) do Uruguai, na América Latina a má distribuição de renda, as desigualdades sociais e territoriais, e, a marginalização de etnias provocam a discussão sobre os modelos de desenvolvimento.

As alternativas que surgem tem como denominador comum o desenvolvimento local, a descentralização e a participação dos atores sociais. Esclarece que o desenvolvimento aparece como uma nova forma agir frente a globalização. O desafio para as sociedades locais está estabelecido em termos de inserção no global de maneira competitiva, utilizando ao máximo possível suas capacidades por meio das estratégias dos diferentes atores sociais. Os desafios são muito mais de articulação de atores e capital social do que de gestão local. Define:

O desenvolvimento local é um processo de organização entre os agentes que interagem em um determinado território, para impulsionar, com a participação permanente, criadora e responsável dos cidadãos; é um projeto comum de desenvolvimento; implica na geração de crescimento econômico, igualdade social, preservação cultural, sustentabilidade ecológica, ação de grupos, e, qualidade e equilíbrio espacial e territorial. A finalidade é: elevar a qualidade de vida de cada família e cidadão que vive neste território; contribuir com o desenvolvimento do país; e, enfrentar adequadamente os desafios da globalização e as transformações da economia internacional (GALLICCHIO, 2004, p. 8)

Gallicchio (2004) identifica quatro dimensões do desenvolvimento local: a econômica – com o objetivo de criação, acumulação e distribuição de riqueza; a social e cultural – considerando a qualidade de vida, a igualdade e a integração social; a ambiental – contemplando os recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos adotados no médio e longo prazo; e, a política – relacionada a governabilidade do território e a definição de um projeto coletivo específico, autônomo e sustentado em seus próprios atores locais.

Para a análise do impacto da interiorização da Rede Federal de Ensino utilizou-se as dimensões do desenvolvimento local – econômica, social, cultural e ambiental – não contemplando a dimensão política – entendida pela definição de Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998, p. 954) como “derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” - pois abrange as demais dimensões. Observa-se que as dimensões são complementares e interdependentes.

3 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 65) método é “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Utilizou-se o método funcionalista, definido como:

levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo, cada uma, funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo, o método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 92).

A presente investigação tem finalidade exploratória, que para Gil (2014, p. 27) “são (pesquisas) desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Possui um caráter projetivo utilizando-se a pesquisa bibliográfica com a análise de exemplos que estimulem a compreensão dos fatos estudados. A abordagem do problema será qualitativa, principalmente porque os dados de IDH, referentes aos municípios, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são do ano de 2010, não permitindo a constatação quantitativa dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS

O primeiro impacto econômico que ocorre na localidade, com a implantação de uma unidade da Rede Federal de Ensino, é o da construção que pode ser de ampliação, adequação de uma unidade cedida ou a construção de uma nova unidade. Realizada por uma empresa, vencedora de licitação ou subcontratada que adquire materiais, serviços e contrata a maior parte dos trabalhadores na região. Quando é utilizado trabalhadores de outra localidade contrata-se alojamento, transporte e alimentação.

Com a entrada em funcionamento da unidade de ensino há a contratação de serviços terceirizados – limpeza, vigilância, serviços gerais, manutenção predial, manutenção de veículos, jardinagem, entre outros – abrindo postos de trabalho que são ocupados, majoritariamente, pelos locais. Havendo refeitório, mesmo gerido por empresa externa, as vagas de cozinheiras (os) e auxiliares são contratados na região, e a maior parte das matérias-primas adquiridas, também. Os serviços de cantina e fotocópias (prestação de serviço e manutenção institucional), normalmente, são assumidos ou subcontratados por empresas regionais.

Com o funcionamento da instituição ocorre a ocupação das vagas por servidores docentes e técnicos administrativos admitidos por meio de concurso público. O salário recebido pelos servidores, em parte, é internalizado na economia local com gastos de manutenção pessoal,

transporte e habitação, em razão de que muitos servidores transferem-se de outras localidades. O impacto no mercado imobiliário ocorre, principalmente, com a procura por locação pelos servidores e alunos (normalmente os alunos do ensino superior), e pela procura de imóveis para aquisição. Tal movimento produz uma valorização imobiliária no entorno da instituição.

A principal finalidade de uma instituição de ensino é a formação acadêmica. Com a expansão da Rede Federal de Ensino ocorre uma maior oferta de vagas de nível técnico e superior em regiões interioranas com poucas opções de ensino, implicando, em longo prazo, na elevação do nível de escolaridade da população refletindo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região. Para reforçar esta projeção remete-se a Veiga (2006) que analisou a causa que torna os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina mais desenvolvidos que o estado de São Paulo, o mais rico do país. Identificou a forte superioridade dos catarinenses e dos gaúchos em duas dimensões do IDH, a longevidade e a escolaridade. Quanto a escolaridade esclarece a importância das universidades comunitárias (fundacionais e confessionais) e sua distribuição em todo território estadual.

A existência de unidades de ensino, públicas e gratuitas, no interior permite uma maior opção aos estudantes de baixa renda em razão da diminuição de gastos com locomoção e de manutenção em outras localidades. Acrescenta-se que a política pública de ações afirmativas – que reserva vagas para alunos de escola pública e de baixa renda, principalmente, – aliada ao programa de assistência estudantil gera uma maior atração e capacidade de retenção proporcionando a oportunidade aos estudantes de classes sociais mais baixas uma perspectiva de ascensão social.

Lucas (1988 apud BARQUERO, 2001, p. 83) afirma que:

o aumento do capital humano, através dos processos de educação e formação, transforma o entorno no qual as empresas desenvolvem suas atividades produtivas, o que pressupõe uma elevação da produtividade de cada uma delas, já que os recursos humanos empregados no processo produtivo têm maior capacidade produtiva. Isto é uma decorrência das novas habilidades adquiridas pela mão de obra, mas deve-se, também, às externalidades associadas à existência de um entorno econômico em que a mão de obra se revela mais qualificada e, portanto, mais eficiente.

A Lei 11.892 (2008), que cria os Institutos Federais, equipara, no seu artigo 2º, parágrafo 1º, os Institutos Federais às universidades federais, desta forma, a maior parte dos componentes da Rede de Ensino Federal – institutos e universidades – devem atender a disposição constitucional de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, artigo 207 da Constituição Federal (1988).

A interação entre a comunidade e as instituições de ensino ocorre com a divulgação na comunidade dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, por projetos de extensão e por projetos de pesquisa, especialmente no caso dos Institutos Federais que possuem a determinação de

realizarem pesquisa aplicada. Desta forma, o ensino, a pesquisa e a extensão têm a capacidade de criar um sistema de comunicação múltiplo favorecendo a interação e a cooperação local, por meio da difusão e o intercâmbio de informações, conhecimentos e inovações.

Leite (2005, p.8) alerta que “a mesma tecnologia criadora de facilidades e oportunidades para quem pode adquiri-la é extremamente perversa, atuando de modo excludente para os menos favorecidos”, acrescenta: “existe uma clara correlação entre tecnologia, pauta de exportação de alto valor agregado e nível de qualidade de vida de um país. Entretanto, maior valor agregado não significa somente tecnologia de ponta. Design, arte e cultura também agregam muito valor (LEITE, 2005, p. 9)”. Observa-se que a expansão do Ensino Federal proporciona a interiorização e adequação de tecnologias a realidade local, facilita o acesso tecnológico, inclusive aos menos favorecidos, e incentiva e promove as artes e a cultura em seu entorno. Leite (2005, p. 31) reforça a importância da facilidade de acesso as instituições de ensino afirmando: “a academia tem como funções básicas a difusão do conhecimento e a expansão das fronteiras da ciência. É importante a universidade se envolver na geração do saber, pois a velocidade da obsolescência do conhecimento no mundo atual é muito grande”.

Cechella (2008) observou que a produção científica das universidades fundacionais catarinenses possuíam, em grande parte (58,43%), como objetivo a melhora das condições do desenvolvimento local nas dimensões da sustentabilidade social, econômica, institucional e ambiental, salientou que as dimensões são complementares e interdependentes. Está atuação cria vínculos mais estreitos entre as universidades e as comunidades onde estão inseridas, estimulando a apresentação de propostas para a solução dos problemas locais.

Outra consequência da interiorização da Rede de Ensino Federal é a atração e retenção de pessoal qualificado (especialistas, mestres e doutores) na região refletindo na melhora do capital intelectual local. Para Dourado (apud SILVEIRA, 2006, p. 45):

O bem econômico mais importante de qualquer país será, cada vez mais, o capital intelectual que ele produz. Assim, investimento em cérebros permitirá tornar a economia mais competitiva, pelo aumento de conhecimento técnico-científico e pela necessidade de elevação de qualquer pessoal.

A instalação de unidades de ensino no interior pode gerar um conflito cultural entre a população local e os servidores das instituições em função da existência de quadro de valores diversos e críticas ao status quo vigente na localidade.

A preocupação com a inovação como objetivo das instituições de ensino esbarra em duas dificuldades: a cultural – do empresário acostumado em adquirir tecnologia pronta em consequência da política pública, utilizada durante muitos anos, de substituição de importação e de reserva de mercado – e, a de interação entre instituição e empresa – pela prática docente dominante na

formação universitária e que “uma empresa tende a considerar que todas as informações são estratégicas e que nenhuma informação pode ser difundida” (ORRICO FILHO, p. 148).

Barquero (2001, p. 93) afirma que “para que a política de desenvolvimento local seja eficiente, é conveniente que haja sinergia entre as ações dos atores e as dos demais níveis institucionais e empresariais”.

Talvez a preocupação excessiva com a aderência das instituições de ensino com o arranjo produtivo local, pode dificultar o surgimento ou crescimento de setores econômicos diversos dos existentes.

5 CONCLUSÃO

Acrescentado os estudos de Oliveira Jr. (2014) que entende as universidades como vetores de desenvolvimento regional, utilizando a Teoria do Polos, Souza *et al* (2014) que apontam forte correlação positiva entre o acesso à educação superior com a variável IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal observado em 853 municípios de Minas Gerais), e Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) que concluem que as universidades estaduais paranaenses apresentam interação positiva e significativa com o indicador de emprego/renda, verifica-se a importância da interiorização para o desenvolvimento local das regiões contempladas e um impacto maior nos municípios mais pobres.

Informa-se que o IDH é constituído das variáveis renda, nível de escolaridade e longevidade, e a interiorização da Rede Federal de Ensino influencia diretamente as variáveis de renda e escolaridade.

A dimensão econômica é a melhor percebida pelos investimentos realizados, pelo aumento da massa salarial local, pela geração de empregos (terceirizados e manutenção), pelo aumento na demanda de serviços (transporte, alimentação, habitação, pessoais) e pela valorização imobiliária.

Na dimensão social destaca-se a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade que aliado as ações afirmativas disponibilizam, na localidade, a oportunidade de formação acadêmica e ascensão social a comunidade. Percebe-se que há interdependência e complementariedade entre as dimensões social e econômica.

As dimensões cultural e ambiental são mais difíceis de descrever pois dependem das ações, principalmente de extensão, realizadas pelas instituições. Observa-se que as unidades da Rede de Ensino Federal possuem entre seus objetivos, estabelecidos em lei, obrigatoriedade de atuarem tanto na dimensão cultural quanto ambiental.

Destaca-se a importância da gestão das unidades terem bem claro os objetivos institucionais, principalmente o referente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando e

motivando a sua realização e integrando os atores sociais locais permitindo a interação e a sinergia entre as instituições com o objetivo de potencializar o impacto nas dimensões do desenvolvimento local.

Projeta-se que a interiorização da Rede Federal de Ensino proporcionará uma elevação no IDH das regiões contempladas com a instalação das unidades, e também, uma maior diversidade de propostas para o desenvolvimento local, contemplando as dimensões ambiental, cultural, econômica e social.

O presente estudo reforça a importância da interiorização da Rede Federal de Ensino em um momento de redução de recursos para a educação federal e solicita a colaboração de outros pesquisadores para aprofundar o assunto.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógenos em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; P., Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidade Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 03 mai. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 03 mai. 2018.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G. da; PERDIGÃO, C. Instituição de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e Política Públicas PPP**, IPEA, Brasília, nº 44, jan/jun.2015. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/archive>>. Acesso em 14 jun. 2018.

CECHELLA, G. **A pesquisa nas universidades fundacionais catarinenses e o desenvolvimento local**. Dissertação de mestrado: Florianópolis, 2008.

GALLICCHIO, E. **El Desarrollo Local em América Latina**: estratégia política basada en la construcción de capital social. Seminário Desarrollo con inclusión y equidad: sus implicancias desde lo local. Córdoba: SEHAS, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEITE, L. F. **Inovação**: o combustível do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark – Petrobras, 2005.

OLIVEIRA JR. A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, número especial 1, 2014.

ORRICO FILHO, R. D. Experiência de Interação da Pesquisa com o Setor Produtivo. In: **Fórum Brasil-França**: Inovação e Cooperação Tecnológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, L. A. **Relação Universidade-Empresa: Processo de Transferência de Tecnologia nas Empresas Catarinenses**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2006.

SOUZA, D. L. de *et al.* Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam? **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 30, nº 89, maio/2014.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.